

ATA da 16.^a (décima-sesta) Sessão Ordinária do 2.^o (segundo) Período da 1.^a (primeira) Sessão Legislativa da 9.^a (nona) Legislatura da Câmara Municipal de Jabucum do Norte, Estado do Ceará.

Os vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil e novecentos e noventa e três, às 08:30 horas, no recinto destinado ao funcionamento do Demônio da Câmara Municipal de Jabucum do Norte, compareceram os Vereadores: Aragaci Monteiro Chaves, Cecílio Nogueira Barros, Edeuêl Oliveira Chaves, Francisco Hilário de Oliveira, Francisco Marcos Moreira, João Antônio Vianna, José Dário Trina de Lima, José Resouças da Costa, Manoel Moreira de Almeida, Paulo Maíel de Oliveira, Pedro Almeida Maia,

Raimundo Dinardo da Silva Maia, Roberto Wagner de Freitas e Sônia Maria Noronha Echar. vs. JVA Presidência o vereador Celso Negueira Bandos, Secretariado pela 1ª (primeira) Secretária Sônia Maria Noronha Echar. Os trabalhos foram feitos em número legal e na forma regimental. Iniciando o expediente no eduío de leitura da Ata da 15ª (décima-quinta) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período da 1ª (primeira) Sessão Legislativa, realizada em 17 de novembro de 1993. A Ata não foi aprovada por que requer uma retificação, sobre o pronunciamento do vereador Manoel Moreira de Almeida, solicitada pelo vereador Roberto Wagner de Freitas. Os materiais para leitura no expediente constam: Projeto de Decreto Legislativo nº 006/93, de 18 de novembro de 1993, que fixa os subsídios e a representação do Prefeito Municipal, vice-prefeito e a representação do Presidente da Câmara Municipal e da outras providências; Ofícios nºs 311 e 314/93, do Sr. Prefeito Municipal; Ofícios nºs 216, 217, 219, 221 a 225/93, do Presidente desta Casa Legislativa; Ofício Circular nº 010/93, do Presidente desta Casa Legislativa; Cópia do Balanço do mês de Outubro de 1993, desta Câmara Municipal; Orientação nº 22/93, do Tribunal de Contas dos Municípios; Orientação nº 23/93, do Tribunal de Contas dos Municípios; Ofício nº 22761, do Presidente do TCM; Correspondência do Deputado Estadual Budoro Santana; Requerimento S/N

do vereador Paulo Moicel de Oliveira, Con-
vito da Loja Maçônica União do vale nº 51,
Ofício nº 009/93, do Sindicato dos Trabalhadores
no Serviço Público Municipal de Goiânia;
no do Snti - Goiás; Ofício nº 018/93, do Co-
vereador Jesus Moreira de Quadros; Con-
respondência do Sindicato dos Empregados
em Estabelecimentos Bancários no Estado de
Goiânia; Na Tribuna Popular, usaram da pa-
lavra os senhores: Conceito Vandireson Xavier
de Lima e José Carlos Guenard - vice-prefei-
to. No pequeno expediente, não houve vere-
dores inscritos. No espaço destinado ao gran-
de expediente usaram da palavra os ve-
readores. O sr. José Montano Soares, começou
o seu pronunciamento, falando que na reu-
nião da Loja Maçônica não compareceu
nenhum vereador, o que lamenta. Falou
ainda da distorção que está existindo sobre
os seus pronunciamentos na Tribuna desta
Casa, quando são levados a conhecimentos
de terceiros. Falou ainda sobre a cobrança
da taxa de iluminação pública, na zona
rural, o que acha imoral, já que não
existe em determinadas áreas iluminação
nas postes. O vereador Celso Nogueira
Borges, pediu um aparte e afirmou que o
acórdão feito entre a Prefeitura Muni-
cipal e a Coelce, não discrimina localida-
des a serem cobradas a taxa de ilumina-
ção pública. Comentou ainda em plenário
o problema das câmeras oficiais, que são diri-
gidas por pessoas que não foram contrata-
das

especificamente para o cargo e até mesmo
por pessoas atrevidas do Município. Pediu para
o Sr. Prefeito olhar este fato com carinho. O
Vereador Sr.ª Maria Veronica Soares, pediu
um aparte e falou que seria mais correto
o funcionário contratado para o cargo,
dirigir as licitações, por que se acontecer al-
guuma coisa e não causar ao Município
um problema mais sério. Centionando com
o seu relato o Vereador Oraguel, votou
a denunciar a falta de vigilância na cidade,
sendo caminhoneiros estão sendo roubados em
suas cargas, trazendo um prejuizo enorme.
Sr.ª Maria Veronica Soares, agradeceu e
parabenizou o Sr. Vice-Prefeito, pelo seu pro-
nunciamento na Tribuna Popular, como ^{também}
o Sr. Vereador Vanderson. A Tribuna foi
feita para que seja dada, ou seja, ser li-
vre para qualquer pessoa expressar a sua
vontade. Votou ainda chamando a aten-
ção do Presidente da Câmara, pois na ses-
são passada, passou por mim, porque não
tenho estudo, quando o Evandro usou pa-
lavras e Celinto não gostou e disse que, se
o Vereador que concordar é irresponsável
e que se levante e se retire. Foram palavras
pesadas, todos os Vereadores ficaram calados
e o Sr. Presidente até pediu desculpas. Não en-
tendi bem o sentido destas palavras, sem
entender o porque. O Vereador Celinto Nejuci-
na Gomes, pediu uma parte e disse que a
noiva vereadora não tinha entendido as suas
palavras, quando o servidor Evandro falou,

que nós íamos irresponsáveis, se o vereador con-
cordar que é irresponsável se levantar e se reti-
re, mas não concordou que o vereador se reti-
nasse. Continuando com o seu relato pediu
ao Sr. Presidente que deixasse o vereador de-
cidir porque se não estar sempre afirmando
em nome dos Vereadores, e descrepe se houve real-
tação da minha parte. Roberto Wagner dos Fri-
tes, falou sobre o seu ponto de vista, no
que tange ao que foi omitido na Ata. Pediu
através de requerimento verbal, que fosse
feito solicitação ao Sr. Prefeito, para calçar
a rua São Marcos Chaves, que dar acesso
da CE 377 a Vila São José. Enunciou com
o pronunciamento do vereador Aragaci Mon-
teiro Chaves, pela falta de segurança no Mu-
nicipio. Falou sobre o problema de cobrir
a quadra do Colégio, pois o Município
precisa de uma quadra coberta, e que
seja administrada pelo Município, por-
que se for outra, problemas futuros virão,
que impedirão a utilização da quadra
pelos tabuleireuses. Raimundo Dinardo da
Silva Maia, falou que breve estará sendo
inaugurada a energia do Polo Zumbuto.
Falou que não compareceu a reunião da
Loja Maçonica, porque estava dando as-
sistência em um velório, do rapaz que
foi acidentado na estrada de São João do
Jaguaripe. Falou ao vereador Aragaci
Monteiro Chaves, que as discussões surgidas
entre ambos não mais acontecerá, e la-
mente das distorções que tem havido com


nosse Vereador em seus pronunciamentos em
plenário. Sobre o problema das viaturas, não
levar ao conhecimento do Secretário exempe-
tente e sobre os crimes, a maior dificulda-
de que existe, é a alimentação, não que com
isso deixe de se fazer a apreensão de crimes
falou ao Vereador Roberto, que já está sendo
providenciado o ateno na rua Pio Ozorio
e que o Executivo já tem um projeto de lei-
já. Ca. Celso Nogueira Barros, começou o
seu pronunciamento, convidando a todos os
Vereadores para assistirem ao estudo do Sr.
Dibiu Simão. Falou ainda da insatisfação
que vem ocorrendo durante a sessão, pois o
que acontece na sessão são discussões de mo-
vimenta, nada se elevando para campo do
particular, porque aqui todos somos conselheiros.
Só não admira e ser chamado de autotri-
fário, porque nunca fui a nível digno o
que consegui, mas sim o que conseguimos.
Mas a autoridade que é Presidente tem,
está dentro do Regimento Interno e na Lei
Orgânica do Município, isto não foi aprova-
do por nós. A sua aprovação foi na Admi-
nistração da Vereadora Sônia ou do Ve-
reador José Roberto Trive. Busiam, quem
é reformular este Regimento e a L.O.M.
por que o o Presidente tem autoridade de-
mais e tudo dentro das normas Regimentais.
A vereadora Sônia Maria Noronha Chaves,
pediu um aparte e disse que pensar de não
entender muito de leis a maioria das
emendas a Lei Orgânica e ao Regimento In-
terno

17.

foi elaborada por Jesus Moreira de Andrade e por sinal tem muitas coisas irregulares. Quero apenas deixar bem claro que não tenho nada contra o vereador Celso e ali agora deixo muito bem, já que sou leigo no assunto. Quero apenas esclarecer as dúvidas que tenho. Continuando com o seu relato o vereador Celso Neguine Ramos, se sentiu mais afetado com as palavras do nobre vereador. É necessário sim, fazer uma reformulação em tudo que é irregular dentro do Regimento e na Lei Orgânica. A sessão foi suspensa por 15 minutos para o Intervalo Regime-ntal. Reiniciando os trabalhos procedeu-se a leitura do Edital de Publicidade, da Ordem do Dia e o parecer das comissões conjuntas de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Organização. O Edital constou da seguinte matéria. Projeto de Decreto Legislativo nº 004/93, de 18 de novembro de 1993, que trata dos subsídios e a Representação do Prefeito Municipal, Vice-prefeito e a Representação do Presidente da Câmara Municipal e de outras providências. Em seguida foi lido o parecer das Comissões Conjuntas favoráveis ao Projeto. O Sr. Presidente concedeu a palavra aos Senhores Vereadores. Não houve debate. O Sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo, de 18 de novembro de 1993, sendo aprovado por unanimidade dos Senhores presentes. Em seguida o Sr. Presidente convocou os Senhores

vereadores para assistirem uma Sessão Extraordinária a ser realizada no próximo dia 30 deste corrente mês às 9:00 horas, para tratar do Projeto de Lei n.º 390/93, de 30 de Setembro de 1993, sobre o Orçamento Orç. Man. c.º para o ano de 1994. O Sr. Presidente marcou a próxima Sessão Ordinária para o próximo dia 01 de dezembro de 1993. Não mais havendo a tratar a Sessão foi encerrada. É, para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida, posta em discussão, vai assinada pelo Presidente, Secretária e demais Vereadores presentes.

Retificação: A vereadora Sra. Maria Mononha Chaves, pediu para que se retirasse a palavra autoritária do pronunciamento do Sr. Presidente. O Sr. Presidente aceitou a retirada da palavra, se fosse acrescentado ao pronunciamento da nome vereadora Sônia, a retirada da frase que o Sr. Presidente não é o dono da Câmara de Vereadores.


João Antonio Viana
Paulo Maciel de Oliveira
Menepl no pis. de Amil
Francisco Hilário de Oliveira
João Roberto de Costa
Pedro Almeida de Azevedo
Raimundo Erasto de Almeida
Francisco Marcos Moura
José Dário Fátima de Lima

Fraggeri Montinus Luades..

